

CPMF é aprovada em comissão e começa a tramitar no Plenário

Parecer favorável de Bernardo Cabral foi acolhido ontem à noite pela CCJ. Logo após, o Senado realizou sessão extraordinária, na qual o texto foi lido, iniciando o cronograma definido pelos líderes para votação final em 12 de junho



Célio Azevedo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem à noite parecer do senador Bernardo Cabral favorável à proposta de emenda constitucional que prorroga a vigência da CPMF até o final de 2004. Duas emendas que alteravam a proposta foram rejeitadas. Pouco depois, o Senado realizou sessão extraordinária, quando foi lido o parecer aprovado na CCJ, dando início à tramitação da matéria em Plenário, de acordo com o cronograma estabelecido pelos líderes partidários. A votação final deverá ocorrer no dia 12 de junho. O senador Romero Jucá pretende reapresentar emenda que elimina o prazo de 90 dias entre a promulgação da matéria e a cobrança da CPMF, mas informa que, se aprovada, ela não exigirá o retorno da proposta à Câmara.

PÁGINAS 4 E 5



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o parecer de Bernardo Cabral, lido depois em Plenário. Ramez Tebet esteve presente à reunião da CCJ

Rodeio pode ter exigência de atendimento médico a peão

PÁGINA 8

Senadores aceitam indicação de Gilmar Mendes para o STF

PÁGINA 2

Autorizado capital estrangeiro na mídia

Vai à promulgação PEC que permite presença de investidores externos, até o limite de 30%, nas empresas de comunicação



Roosevelt Pinheiro

Plenário aprovou com apenas um voto contrário a PEC sobre capital estrangeiro na mídia

PÁGINA 3



Márcia Kallume

Carlos Wilson destacou a qualidade do acervo da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, "um dos mais preciosos do país"

Biblioteca do Senado comemora 176 anos com encontro cultural

PÁGINA 6

Gilmar Mendes aprovado para o STF

Defensores da indicação feita pelo presidente da República destacam o saber jurídico do ex-advogado-geral da União, enquanto opositoristas apontam a ligação recente com o Executivo

O Senado aprovou ontem, com 57 votos favoráveis e 15 contrários, a indicação do ex-advogado-geral da União Gilmar Ferreira Mendes para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Néri da Silveira. O Bloco Oposição manifestou seu voto contrário à indicação, lembrando a vinculação recente de Gilmar Mendes ao Executivo e o apoio que recebeu de juristas ligados à elite econômica (*ver matéria abaixo*). Já os defensores da indicação ressaltaram o saber jurídico de Mendes.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que Gilmar Mendes chegou aonde está por seu esforço pessoal. A opinião foi compartilhada pelo senador José Agripino (PFL-RN), que o classificou como “um homem feito por si só e que chegou aonde chegou sem pistoão”. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que Mendes desenvolveu um trabalho revolucionário na Advocacia Geral da União (AGU), defendendo o interesse público

com criatividade.

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE) observou que Gilmar Mendes marcou sua carreira pela paixão e o ardor com que se dedicou à causa pública. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) destacou a “idoneidade indiscutível” de Gilmar Mendes, os seus livros sobre direito constitucional, seu temperamento equilibrado e seu senso de justiça. O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ) ressaltou o “altíssimo grau” de conhecimento jurídico do ministro.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que Gilmar Mendes obteve unanimidade no que diz respeito ao preenchimento dos dois requisitos necessários a um ministro do STF: reputação ilibada e notório saber jurídico. Segundo ele, Mendes angariou adversários por ter defendido o interesse



Indicação do advogado Gilmar Mendes para o STF recebeu 57 votos favoráveis e 15 contrários

público e contrariado objetivos dos setores privados e corporativos, conseguindo economizar algo em torno de R\$ 20 bilhões para os cofres públicos.

critério de escolha de ministros para o STF não é o melhor, mas observou que “Gilmar Mendes reúne todas as condições para ser um magistrado”.

Oposição critica “conservadorismo” do jurista

Ao se manifestar contrário à indicação de Gilmar Mendes para o Supremo Tribunal Federal, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a oposição deu “uma espécie de voto de confiança” quando não criou embaraços às indicações de Nelson Jobim e Ellen Gracie ao STF.

— Lamentavelmente, somos forçados a reconhecer que a *performance* deles na Suprema Corte tem dado azo à jocosa manifestação de muitos operadores do Direito de que ambos funcionam como líder e vice-líder do governo no STF — afirmou.

Suplicy disse ainda considerar grave o fato de Gilmar Ferreira Mendes, em sua opinião, ser “um jurista de extração conservadora”. Segundo o senador, “basta consultar a lista de juristas que o apoiaram para o STF para que se verifique que quase todos são notórios defensores das elites dominantes, dos grandes conglomerados econômicos e das diretrizes governamentais que espelham esses interesses”.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou que proposta aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) —

mas ainda não votada em Plenário — determina quarentena de três anos para determinadas funções, entre elas a de advogado-geral.

— Se essa exigência estivesse em vigor, ele não poderia ter sido indicado — registrou.

Já o senador Lauro Campos (PDT-DF) citou o ex-ministro do STJ Aliomar Baleeiro, que afirmava ser um ato político a escolha de ministros para a Suprema Corte. “Mas”, disse o senador referindo-se à indicação, “o jurista não se referia à política com ‘p’ minúsculo e a pessoas com um ideário que ninguém sabe qual é”.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Preside sessão especial destinada a homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

10h30 — Recebe diretores do Instituto Americano de Lins

11h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h — Sessão especial destinada a homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo transcurso dos 50 anos de sua fundação.

11h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 24/02, autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 14,4 milhões, entre o Brasil e o Bird, destinada ao financiamento do Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (Proat II); PR nº 25/02, autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 167 milhões, de principal, com o HSBC Bank e ao Crédit Commercial de France, destinada ao financiamento de equipamentos para o projeto Modernização da Frota da Força Aérea Brasileira; PLC nº 112/01, concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; PLS nº 115/02, dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas; sobre a prevenção, a repressão e o tratamento; define crimes, regula o procedimento nos crimes que define; e PLS nº 116/02, acrescenta artigo ao Código Penal e modifica a pena cominada aos crimes de corrupção ativa e passiva.

COMISSÕES

9h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: apresentação, discussão e votação da complementação de voto ao relatório da senadora Emília Fernandes ao PDL nº 71/01, de autoria do senador Roberto Saturnino, que convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca); e requerimentos do deputado Inácio Arruda. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Gomes Dias, para prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

Plenário acolhe indicação de diretor do DNIT

O Plenário aprovou ontem a indicação, pelo presidente da República, do engenheiro Miguel Dario Ardissonne Nunes para o cargo de diretor do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). A indicação recebeu 60 votos favoráveis e oito contrários, com três abstenções.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) foi o relator da matéria e pronunciou-se favoravelmente à indicação.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e

Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafim,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Vai à promulgação abertura da mídia ao capital externo

Participação será limitada a 30% do capital votante ou total da empresa brasileira. Acordo sobre conselho permitiu a decisão

O Plenário aprovou em segundo turno, com 57 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de imagens. O aporte será limitado a 30% do capital votante ou total da empresa. A PEC será promulgada em sessão solene conjunta do Senado e da Câmara nos próximos dias.

Conforme a PEC, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

A votação somente foi possível porque os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, conseguiram chegar a consenso quanto à composição do Conselho de Comunicação Social (CCS). Os 13 integrantes do órgão consultivo do Congresso Nacional terão o nome aprovado em sessão do Congresso Nacional

marcada para a próxima terça-feira, dia 28.

O líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), havia condicionado os votos favoráveis de sua bancada à implantação do conselho, que fiscalizará e controlará a qualidade da programação de rádio e TV, bem como da edição dos jornais e revistas. Apesar de ter sido criado pela Constituição de 1988, o conselho não foi ainda instalado.

SOBERANIA

Ao discutir a matéria, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) manifestou-se favorável à proposta, por ter sido o capital estrangeiro limitado a 30% do capital total de cada empresa. Para o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), a limitação não é suficiente para garantir a soberania brasileira sobre a indústria cultural. "Isso é muito mais importante do que zelar pela saúde financeira das empresas", disse, ao anunciar seu voto contrário.

A senadora Marina Silva (PT-

AC) lembrou que a mídia tem importância estratégica para qualquer país.

— No Brasil, contribuiu bastante para a redemocratização, e precisamos garantir que o conselho zele pela qualidade da programação e pela salvaguarda de nossos valores de brasilidade.

Para o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), a instalação do conselho representa a coroação de uma luta de 14 anos.

— Com sua implantação, teremos melhoria de qualidade da programação, garantindo que as empresas cumpram sua função social — afirmou.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ratificou sua posição contrária à PEC.

Para o senador José Fogaça (PPS-RS), somente a criação da Agência Nacional de Comunicação, formada por diretores independentes e com mandato fixo, poderá ter autonomia para fiscalizar e controlar as empresas de comunicação.

Tebet ressalta acordo de lideranças favorável à emenda constitucional

Após a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação, o presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que a decisão ocorreu de forma "altamente democrática", graças a acordo entre as lideranças. "O Regimento Interno foi respeitado, votamos com dignidade, cada um de acordo com sua consciência", ressaltou. Tebet salientou o esforço dos senadores para cumprir os

dispositivos constitucionais.

— Estamos trabalhando incansavelmente pelo aprimoramento e pela transparência do Senado, para que chegue cada vez mais perto do cidadão.

Tebet lembrou que a formação do Conselho de Comunicação Social, importante para aprovação da matéria, recebeu sugestões de toda a sociedade brasileira. Os nomes do conselho serão agora examinados pelo Congresso Nacional.



Ramez Tebet: "Regimento Interno foi respeitado, votamos com dignidade"

Nomes do Conselho de Comunicação serão votados na terça

Os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, convocaram sessão do Congresso Nacional para a próxima terça-feira, dia 28, às 14h, para apreciação e votação dos 13 nomes que vão compor o Conselho de Comunicação Social (CCS).

São os seguintes os indicados: Paulo Machado de Carvalho Neto, representante das empresas de

rádio; Roberto Wagner Monteiro, das emissoras de TV; Paulo Cabral de Araújo, das empresas de imprensa escrita; Fernando Bitencourt, engenheiro da área de comunicação social; Daniel Koslovski Herz, representante dos jornalistas; Francisco Pereira da Silva, dos radialistas; Berenice Isabel Mendes Bezerra, representante dos artistas; e Geraldo Pereira dos Santos, representando os

profissionais de cinema e vídeo.

Também foram indicados para o conselho cinco representantes da sociedade civil: o jurista José Paulo Cavalcanti; o jornalista Alberto Dines; o presidente da Rede Brasil-Sul de Comunicações, Jayme Sirotsky; o jornalista Carlos Chagas, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e Ricardo Moretzsohn, do Conselho Federal de Psicologia.



Senadores acolhem PEC, proposta por Arlindo Porto, que cria Tribunais Regionais Federais nos estados do Paraná, Bahia, Minas Gerais e Amazonas

Plenário acolhe a criação de tribunais em quatro estados

O Plenário aprovou, em segundo turno, PEC que cria Tribunais Regionais Federais (TRFs) em Minas Gerais, no Paraná, na Bahia e no Amazonas. Agora, cabe à Câmara dos Deputados manifestar-se acerca do projeto. De acordo com o senador Arlindo Porto (PTB-MG), autor da matéria, os novos tribunais devem permitir o julgamento de milhares de ações federais, que dizem respeito, por exemplo, a aposentadorias e pagamento de impostos e que, por vezes,

aguardam anos por decisões.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) agradeceu a aprovação da PEC em nome da Justiça Federal do Amazonas. Já os senadores do Pará, Luiz Otávio (PPB) e Ademir Andrade (PSB), e os senadores do Amapá, Sebastião Rocha (PDT) e Gilvam Borges (PMDB), apoiaram a aprovação de destaque que manteve o Pará e o Amapá vinculados ao TRF da 1ª Região, com sede no Distrito Federal.

Tribunal	Sede	Jurisdição
TRF 6ª Região	Curitiba	Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul
TRF 7ª Região	Belo Horizonte	Minas Gerais
TRF 8ª Região	Salvador	Bahia e Sergipe
TRF 9ª Região	Manaus	Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima

Desvio de dinheiro público terá punição mais rigorosa

Na sessão plenária de ontem, os senadores aprovaram projeto de lei da Comissão Mista da Segurança Pública que altera o Código Penal, de modo a aumentar a punição para crimes contra a administração pública. A matéria segue para análise dos deputados.

De acordo com o projeto, quem desviar dinheiro público terá que ressarcir os recursos desviados para ter o direito de requerer a progressão da pena (de regime fechado para semi-aberto, por exemplo). O texto também prevê mais tempo de cadeia para os condenados por crimes de corrupção passiva e ativa. Para ambos os casos, a pena mínima passa de um para dois anos e a máxima de oito para 12 anos de prisão, equiparando-as à pena definida para o peculato.

"Não é justo que o corrupto, o assaltante dos cofres públicos, quando condenado, seja beneficiado pela progressão do regime de cumprimento da pena, sem que

devolva ao erário os valores que tomou. Assim, conto com o apoio dos meus pares, no sentido de impedir que o corrupto se aproveite das benesses da lei sem que tenha ressarcido o Estado do dinheiro que não lhe pertence", afirma na justificativa do projeto.

COMÉRCIO EXTERIOR

De acordo com parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o Plenário também acolheu projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC), com regras para abertura dos mercados financeiros.

"O acordo corresponde a um importante passo dado pelo Brasil, no sentido de aderir às normas da OMC, que contribui para liberalização do sistema financeiro, em moldes internacionais", afirma o parecer da CRE, assinado por Jefferson Péres (PDT-AM).

Proposta de prorrogação é aprovada na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na noite de ontem parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até o final de 2004. Os senadores rejeitaram duas emendas que modificavam a proposta enviada pela Câmara dos Deputados ao Senado.

Após a reunião da comissão, o Senado realizou sessão extraordinária, quando foi lido o parecer da CCJ. Com isso, a proposta começa a tramitar imediatamente no Plenário, permitindo que sua última votação seja realizada no dia 12 de junho, conforme acordo de lideranças partidárias. Se votada no dia 12, e aprovada, a emenda constitucional será promulgada em seguida pelo Congresso.

Também por acordo partidário, o senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo no

Senado, reapresentará em Plenário emenda rejeitada na CCJ pelo relator Bernardo Cabral, que elimina os 90 dias entre a promulgação e a cobrança da CPMF. Jucá entende que, por se tratar de uma prorrogação, e não de criação, não há necessidade da noventena. O PT pretende votar em Plenário a favor do projeto da CPMF, mas contra a emenda que, na prática, dispensa a noventena.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que seu partido pretende recorrer ao STF contra o conteúdo da emenda de Romero Jucá, se ela for aprovada. Romero Jucá informou que, por se tratar da supressão de uma frase, não há necessidade de a CPMF voltar ao exame dos deputados.



Bernardo Cabral preside reunião em que a CCJ aprovou sem emendas a proposta que prorroga CPMF

Operações na Bolsa ficam isentas e alíquota cai para 0,08% em 2004

O parecer de Bernardo Cabral foi lido na CCJ na manhã de ontem. Ele concordou com a prorrogação da CPMF, apesar de fazer críticas à contribuição. A matéria, entretanto, não pôde ser votada pela manhã, em razão de pedido de vista. À noite, o parecer foi aprovado, mas com rejeição de duas emendas que Cabral havia aceitado em seu relatório. A primeira, de autoria de Francelino Pereira (PFL-MG), estabelecia que 44% da arrecadação da contribuição seriam destinados aos estados e municípios. A segunda, de Fernando Ribeiro (PMDB-PA), isentava da cobrança movimentações financeiras de até R\$ 1 mil.

Bernardo Cabral também criticou a inclusão de outros três temas na proposta de emenda constitucional que, segundo disse, nada têm a ver com a CPMF. Ele sustentou que isso fere a legislação e propôs que o Plenário do Senado vote os quatro assuntos de forma separada. A proposta estabelece a vigência da CPMF até 31 de dezembro de 2004, quando o próximo presidente da República estará completando o segundo ano de mandato. Mas a alí-

quota de 0,38%, que é praticada atualmente, só valerá para os exercícios de 2002 e 2003. Em 2004, a alíquota cairá para 0,08%, e os recursos gerados pela cobrança serão destinados integralmente ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O texto estabelece ainda a isenção da cobrança da contribuição sobre operações da Bolsa de Valores, sobre contas correntes abertas por sociedades anônimas que tenham por objeto aquisição de créditos por meio de operações no mercado financeiro e sobre contas de investidores estrangeiros utilizadas para a compra e venda de ações.

Os outros três assuntos da proposta tratam da mudança de normas do Imposto sobre Serviços (ISS), cobrado pelos municípios; a proibição da expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, assim como o fracionamento do valor da execução; e a criação de um fundo, constituído por recursos recebidos pela União por meio da privatização de estatais, cujos rendimentos gerados a partir de 2004 reverterão ao Fundo de Combate à Pobreza.

Vista foi concedida pelo prazo de seis horas

O pedido de vista que levou o presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Osmar Dias (PDT-PR), a conceder prazo de seis horas para que os membros da comissão analisassem o relatório do senador Bernardo



Roberto Requião e Maguito Vilela pediram prazo para análise do relatório

Cabral foi apresentado pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Maguito Vilela (PMDB-GO).

Romero Jucá sugeriu que, após a reunião da noite, fosse convocada sessão extraordinária para que o parecer da comissão fosse lido em Plenário, formalidade necessária para que começasse a ser contado o interstício regimental de cinco dias até o início da análise da matéria em primeiro turno.

Requião considerou o prazo

concedido para análise do parecer "ridículo e degradante", tendo em vista a complexidade e os impactos da PEC sobre a economia e o sistema tributário brasileiro. Ele questionou a legalidade da decisão de Osmar Dias, pois, na sua interpretação, o Regimento Interno estabelece que para matérias que não estão em regime de urgência, o prazo mínimo para vista seria de um dia.

Heloísa Helena (PT-AL) esclareceu que a solicitação de vista

não pode ser entendida como uma conspiração contra o interesse público. Segundo ela, a concessão de um prazo maior para análise do relatório de Cabral não impediria a aprovação da PEC antes do recesso parlamentar.

Na presidência da comissão, em substituição a Cabral – que é relator da PEC –, Osmar Dias afirmou que houve tempo suficiente para a análise da matéria, desde a sua tramitação na Câmara dos Deputados. A proposta, disse, estava na comissão havia 15 dias e muitos senadores chegaram a oferecer emendas.

O líder do PFL, José Agripino (RN), defendeu o cumprimento do acordo de líderes, aprovado na sessão de terça-feira por unanimidade. Ele elogiou o trabalho de Cabral, que usou metade do prazo regimental que teria para apresentação do relatório.

Cabral condena pressões por rápida aprovação

Pouco antes de apresentar seu parecer sobre a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o senador Bernardo Cabral, relator da matéria, criticou duramente ontem as pressões pela rápida aprovação da proposta.

O senador observou que, se houve demora na aprovação da proposta de emenda à Constituição, ocorreu na Câmara dos Deputados. A responsabilidade pelo momento de votação da matéria, na sua opinião, não poderia

ser atribuída a ele e nem ao PFL.

– Acostumou-se nesse país a votar na pressa e sob pressão assuntos de extrema relevância nacional. Mas comigo essas pressões não dão certo. Sei que vasculharam a minha vida para ver se algo existia contra mim e nada foi achado. Pressionaram meus amigos e os líderes do meu partido, mas estes também não se curvaram.

O senador disse que a cobrança da CPMF prejudica a população mais pobre do país e poderia ter uma alíquota diferenciada de acordo com o montante da ope-

ração. Além disso, apontou, a contribuição provoca prejuízos à competitividade dos produtos nacionais.

Cabral questionou o fato de 16% dos recursos arrecadados por meio da CPMF – relativos a uma alíquota de 0,06% sobre as transações financeiras – serem destinados a uma rubrica chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU). “Essa desvinculação permite ao governo usar mais de R\$ 3 bilhões em outras ações que não as inicialmente previstas, como saúde, previdência social e combate à pobreza”, disse.

CPMF



Embora reconhecendo o excesso de tributos, integrantes da CCJ destacam importante poder de fiscalização que a CPMF assegura à Receita Federal

Senadores questionam elevado peso da carga tributária no país

Embora sem fazer críticas diretas à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) questionaram ontem o atual peso da carga tributária no país e a alíquota da contribuição prevista para os anos de 2002 e 2003.

— Já temos uma excessiva carga tributária e, mesmo assim, as contas públicas não se equilibram — afirmou o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

Assim como o relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Antonio Carlos Júnior atribuiu o atraso na votação da proposta à Câmara, cuja pauta esteve congestionada pela edição de várias medidas provisórias.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou o poder de fiscalização garantido à Receita Federal pela CPMF, mas disse que seu partido era contra a prorrogação por causa da “imensa carga tributária” já existente no Brasil. Para ele, a CPMF poderia continuar existindo com uma alíquota simbólica, de apenas 0,01%.

Seguindo raciocínio semelhante, o senador José Fogaça (PPS-RS) classificou a CPMF como um “imposto bom e necessário”, desde que apenas voltado a garantir a fiscalização da Receita.

Durante o debate, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) retirou proposta de emenda à Constituição de sua autoria que isentava a prorrogação da CPMF do prazo de 90 dias previsto no texto constitucional para a sua vigência. Ele argumentou que “não haveria tempo para que essa proposta produzisse os efeitos desejados”.

Por sua vez, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que o Congresso Nacional não poderia retirar do próximo governo a

arrecadação de R\$ 20 bilhões, provenientes da cobrança da CPMF em 2003, sem a possibilidade de promover uma reforma tributária imediata.

CONTRIBUIÇÃO

Favorável à cobrança de um imposto sobre as movimentações financeiras, o senador Roberto Freire (PPS-PE) lamentou que o governo não tenha aproveitado a reforma da Previdência para propor a instituição de uma contribuição definitiva, nos moldes da CPMF, para financiamento de todas as ações de seguridade social.

Para Freire, um imposto permanente sobre cheques deve fazer parte de uma reformulação completa do sistema tributário nacional, que, na sua opinião, poderia ser sugerida pelo próximo governo. Ele disse que, apesar de estar na oposição ao governo federal, sempre votou a favor da CPMF, pois acredita que esse é um dos mecanismos capazes de custear importantes ações do governo.

O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) defendeu sua emenda que isenta da CPMF as contas que tenham movimentação financeira de até R\$ 1 mil por mês. Segundo ele, sua proposta está de acordo com o que acontece com o Imposto de Renda, que não é cobrado de quem recebe até R\$ 1.058 por mês.

— Creio que seja justo desonerar quem tem uma única conta, com movimentação financeira global de até 4,5 salários mínimos. Essa medida protege ainda as aposentadorias e pensões da Previdência Social — disse o senador.

Por sua vez, o senador Francilino Pereira (PFL-MG) afirmou que sua emenda — por meio da qual propõe utilização descentralizada dos recursos obtidos com a CPMF — é inspirada pela campanha movida desde a década de 60 em favor do municipalismo.

Ornélas cobra garantia de verbas para o São Francisco

Senador defende mobilização de municípios para que a Câmara aprove PEC vinculando recursos orçamentários à revitalização do rio

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), relator da Comissão de Revitalização do Rio São Francisco, defendeu ontem uma maior integração entre os municípios da bacia para pressionar a Câmara dos Deputados a aprovar com urgência a proposta de emenda constitucional que destina 0,5% do Orçamento da União à recuperação do rio.

Diante de vários prefeitos de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, convidados para participar de audiência pública sobre os problemas que ameaçam o São Francisco, o relator também denunciou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê, para 2003, a execução de apenas 1%



Waldeck Ornélas é relator da Comissão de Revitalização do Rio São Francisco

do projeto de revitalização do rio.

Além disso, conforme assinalou a senadora Maria do Carmo (PFL-SE), que presidiu a audiência, convênio assinado com a Companhia de De-

envolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) para a revitalização do rio ainda aguarda execução.

PREFEITOS

Houve consenso entre os prefeitos a respeito dos grandes prejuízos causados pelo desbarrancamento e desmatamento nas margens do São Francisco e o assoreamento do leito do rio, bem como problemas ambientais decorrentes da falta de tratamento de esgoto nos municípios, associados aos danos causados pelas barragens.

A distribuição de *royalties* das geradoras de energia para os municípios à jusante (localizados no sentido em que correm as águas) de Sobradinho foi defendida pelo prefeito José Júlio Gomes, de Porto da Folha (SE).

Suplicy propõe apurar denúncia contra Suassuna

O líder do Bloco Oposição, Eduardo Suplicy (PT-SP), anunciou ontem, em Plenário, que encaminhou ofício assinado por senadores do blo-



Senado deve acompanhar o caso, diz Suplicy

co ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para que seja realizada apuração preliminar dos fatos relatados pela revista *Época* desta semana, envolvendo os senadores da Paraíba Ney Suassuna (PMDB) e Wellington Roberto (PTB).

Para Suplicy, o Senado, por meio do conselho, e o corregedor da Casa têm a obrigação de acompanhar o caso. A reportagem trata da prisão de um empresário ligado a Suassuna que teria acusado o senador de cobrar propina para liberar verbas no Ministério da Integração Nacional. Suassuna negou a acusação e afirmou que sua gestão à frente do ministério foi pautada pela transparência.

Com amparo no Código de Ética, Suplicy encaminhou à Mesa cópia da reportagem da revista *Época* e do discurso proferido por Suassuna, na última terça-feira.

Tebet pede que comissões votem projetos até junho

Em visita às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, o presidente do Senado, Ramez Tebet, pediu aos parlamentares que analisem as matérias consideradas mais importantes para o país até o fim de junho, antes do início do recesso. Tebet ponderou que o ano é atípico, pois no segundo semestre muitos senadores estarão empenhados nas eleições, trabalho, na sua opinião, fundamental para a democracia.

Na visita, o presidente da Casa aproveitou para comunicar aos senadores que, em sua viagem oficial à Espanha e à Itália, ouviu diversos comentários elogiosos ao Senado e a projetos desenvolvidos na Casa, como o Interlegis e a Unilegis. O novo modelo de imunidade parlamentar implantado no ano passado no país, disse, também foi elogiado.

CAS

Referindo-se à CAS, Tebet destacou a importância de que seja votado, entre os vários projetos considerados relevantes que tramitam na comissão, o que obriga estados e municípios a manterem os serviços de transporte escolar dos alunos matriculados na rede de ensino público.

Moreira quer imagens da Copa em parabólicas

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) enviou ofício ao Ministério das Comunicações solicitando que o sinal da transmissão dos jogos da Copa do Mundo, que começa na próxima sexta-feira, não seja codificado, a fim de permitir o acesso aos proprietários de antenas parabólicas. Ele explicou que, se o sinal for codificado, prejudicará as pessoas que moram longe dos centros urbanos, como é o caso da população do estado de Rondônia, e que se utilizam de parabólicas para assistir à programação de TV.



Moreira tenta evitar codificação do sinal da Copa

A Rede Globo é a única detentora no Brasil dos direitos de transmissão das partidas, e divulgou nota advertindo que não abrirá o sinal para parabólicas e não irá tolerar a exibição dos jogos em estabelecimentos com fins comerciais ou promocionais. Segundo o comunicado da emissora, essas exigências fazem parte do contrato de aquisição dos direitos de transmissão.

Iris propõe maioria penal aos 16 anos

Senador considera a mudança “urgente e inadiável” diante da atual realidade urbana marcada pelo avanço da criminalidade entre adolescentes. Ele lamenta que a Comissão Mista de Segurança do Congresso não tenha tratado da questão



Lúcio Alcântara (ao microfone), Artur da Távola, Edison Lobão e Carlos Wilson, além de Agaciel Maia, participam da comemoração

Biblioteca do Senado comemora 176 anos

Os 176 anos de fundação da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, foram comemorados ontem com um encontro cultural. Fizeram parte do evento a apresentação do Coral do Senado; a declamação do poema *O Livro*, do senador Artur da Távola (PSDB-RJ); a entrega dos diplomas Leitor Destaque; e o lançamento dos livros *A Constituição que Não Foi*, organizado pela diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira, e *Nhô-Quim e Zé Caipora*, de autoria de Angelo Agostini. Na oportunidade foi apresentado o novo site da biblioteca virtual.

Ao parabenizar os funcionários da Biblioteca do Senado pelo esforço e dedicação, o primeiro-se-

cretário da Mesa, senador Carlos Wilson (PTB-PE), defendeu a aplicação de uma maior parcela de recursos para a conservação do acervo da biblioteca, que, segundo afirmou, é um dos mais preciosos do país.

Com aproximadamente 150 mil volumes, incluindo 3,6 mil títulos de periódicos (revistas e jornais), a Biblioteca do Senado é a segunda mais antiga do país, mais nova apenas que a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

O evento também contou com a presença do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e dos senadores Artur da Távola, Edison Lobão (PFL-MA) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Comissão mista da crise de energia aprova relatório

A comissão especial mista do Congresso que analisou a crise de energia aprovou relatório final do senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentando o diagnóstico das causas da crise energética, bem como uma série de recomendações ao governo para evitar a ocorrência de escassez de energia elétrica nos próximos anos, o que poderia levar a um novo racionamento.

Em seu relatório, Paulo Souto afirma que “é fundamental diversificar a matriz energética, bem



Paulo Souto: “É fundamental diversificar a matriz energética”

como racionalizar o consumo e combater a ineficiência”. Ele ressaltou a importância de adoção de fontes alternativas de energia, como biomassa, irradiação solar e energia eólica. Segundo o senador, atualmente essas fontes estão em desvantagem no Brasil, em relação a fontes convencionais, porque não se beneficiam de subsídios implícitos de economias de escala, de investimentos em infra-estrutura realizados pelo Estado, nem tampouco de estrutura de consumo sedimentada.

Lamentando que a Comissão Mista de Segurança do Congresso não tenha enfrentado a questão da idade penal, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) anunciou ontem proposta de emenda à Constituição fixando em 16 anos a idade para a responsabilidade criminal. Ele afirmou que o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking dos países com maiores taxas de homicídios entre jovens.

O senador disse que não é difícil convencer a sociedade brasileira da legitimidade dessa mudança, em sua opinião, “urgente e inadiável diante do novo cenário urbano marcado pelo surpreendente avanço do crime entre adolescentes”. Ele destacou que a juventude já não se intimida em portar armas pesadas em salas de aula,



Iris Rezende: a juventude já não se intimida em portar armas pesadas

com o propósito de agredir.

Citando estudos realizados pela Unesco, em parceria com o Instituto Ayrton Senna e o Ministério da Justiça, Iris Rezende disse que o número de homicídios entre adolescentes, nos últimos dez anos, cresceu 77% no Brasil. So-

Hartung defende maior inserção global do país

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) lamentou que a mudança de prioridades da agenda internacional, com a ênfase do governo norte-americano no combate ao terrorismo, tenha resultado numa redução do peso relativo da América Latina, e conseqüentemente do Brasil, na

conjuntura atual. Para ele, será difícil ver o mundo seguindo o conselho do presidente Fernando Henrique Cardoso de “trocar o medo por uma agenda de esperança”.

Na avaliação de Hartung, também é negativo para o Brasil o fortalecimento de correntes políticas contrárias aos processos de integração cooperativa no plano internacional. O futuro do país é muito dependente da integração econômica, por ser eventual parceiro e potencial concorrente de países desenvolvidos, observou.

— Como não podemos induzir alterações na agenda internacional, precisamos superar nossas vulnerabilidades econômicas, se não quisermos ficar reduzidos a uma di-



Hartung quer ampliação e fortalecimento do comércio exterior

plomacia de meros discursos — disse.

O senador afirmou que o Brasil precisa de uma política de defesa dos interesses nacionais, articulada com uma perspectiva de inserção global com capacidade de decisão. Isso, observou, passa pela ampliação do comércio exterior e por uma postura mais comprometida com a política regional e com o fortalecimento do Mercosul.

Nesse quadro, também será necessário atualizar a leitura sobre a questão da segurança global. O peso estratégico do Brasil na América do Sul fortalece um maior envolvimento como uma política de combate ao crime em escala internacional, fato que reforça prioridades internas com segurança pública, contrabando de armas e de drogas, explicou.

Ao concluir, Hartung alertou para a necessidade de que seja revista a integração do país no âmbito continental, com a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a nova rodada da Organização Mundial do Comércio.

mente em 2000, observou, quase 20 mil jovens, entre 15 e 24 anos, foram assassinados no país.

De acordo com o parlamentar, esse total de óbitos só se compara às perdas registradas diariamente em regiões conflituosas como Colômbia e Oriente Médio. Diante de quadro social tão preocupante, ele considerou inadiável estabelecer políticas específicas para a juventude que ampliem o aprimoramento educacional e o acesso ao mercado de trabalho.

Enquanto tais políticas não são aplicadas, Iris Rezende defendeu propostas paralelas em defesa da juventude que, ao mesmo tempo, assegurem a tranquilidade requerida pelo conjunto da população. Ele afirmou que sua iniciativa é importante exatamente por propor sanar problemas estruturais da legislação penal.

Adir Gentil assume no lugar de Geraldo Althoff

Tomou posse ontem o suplente de senador Adir Gentil (PFL-SC) no lugar do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que pediu licença do mandato. Após prestar o juramento de defesa da Constituição e das instituições democráticas, Gentil fez seu primeiro pronunciamento da tribuna do Senado.

O novo parlamentar ressaltou a importância da Casa para a consolidação da cidadania e a estabilidade democrática no Brasil.

— Participar de sua história ao lado de nomes que aprendi a admirar é uma honra que só posso retribuir aplicando-me incansavelmente na defesa de seus ideais federativos, compartilhados pelos cidadãos catarinenses que aqui me colocaram — afirmou.

Assumindo o compromisso de trazer para todos os estados as conquistas econômicas e sociais de Santa Catarina, Gentil disse que pretende “alargar a trilha de dignidade” dos senadores catarinenses que o antecederam. Ele referiu-se de maneira especial ao falecido senador Vilson Kleinübing, aos senadores Geraldo Althoff e Jorge Bornhausen.



Gentil pretende mostrar conquistas de Santa Catarina

Ricardo Sérgio e Steinbruch não comparecem à CFC

O ex-diretor do Banco do Brasil e ex-tesoureiro de campanha do PSDB Ricardo Sérgio de Oliveira não compareceu ontem à audiência pública da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) marcada para tratar de denúncias de irregularidades no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Também não compareceu à reunião o presidente do conselho da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch. Ele informou ao presidente da CFC, senador Amir Lando (PMDB-RO), que deverá depor em reunião da comissão em junho, enquanto Ricardo Sérgio de Oliveira comunicou à comissão que somente falará sobre o assunto em depoimento à Polícia Federal.

Os dois foram convidados a requerimento dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PT-AL), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Jefferson Péres (PDT-AM) para dar explicações sobre denúncias publicadas pela revista *Veja* em abril deste ano. Segundo a matéria, Steinbruch teria dito que Ricardo Sérgio pediu propina de R\$ 15 milhões para assegurar que o consórcio liderado pela CSN ganharia o leilão de privatização da Vale.

Amir Lando informou que a comissão não tem poderes para convocar os dois convidados, mas disse que medidas mais enérgicas podem ser adotadas pelo Plenário da Casa. O Regimento Interno estabelece que poderão ser convocados apenas ministros de Estado ou titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

CONVOCAÇÃO

A convocação apenas poderia ser feita para o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que também consta da matéria da *Veja* como tendo sido citado por Steinbruch como a pessoa com quem ele, o presidente do conselho da CSN, teria conversado sobre a questão à época do leilão. Lando acrescentou, porém, que Paulo Renato já se dispôs a comparecer à CFC, faltando apenas marcar a data da reunião.

A senadora Heloísa Helena, por sua vez, explicou que o único instrumento efetivo e capaz de obrigar as pessoas citadas na reportagem a comparecerem ao Senado seria a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI).

Pedido de crédito extraordinário gera polêmica na Comissão de Orçamento

Parlamentares debatem cancelamento de R\$ 83,5 milhões destinados ao seguro-renda de agricultores familiares do semi-árido para atender desabrigados por enchentes

O pedido do governo para a liberação de crédito extraordinário no valor de R\$ 124,21 milhões no Orçamento da União de 2002, para atender principalmente a atuações emergenciais da defesa civil em diversos pontos do país, provocou polêmica na reunião da Comissão Mista de Orçamento, realizada ontem.

Dos recursos extras que já vêm sendo liberados e aplicados pelo governo, por força da medida provisória, em vigor desde o dia 8 deste mês, R\$ 40,7 milhões serão retirados da reserva de contingência do Orçamento de 2002, e os restantes R\$ 83,5 milhões, do cancelamento de dotações destinadas ao seguro-renda de agricultores familiares do semi-árido. O cancelamento dessas dotações para agricultores pobres do Nordeste é que gerou a maior polêmica na comissão.

O relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), explicou que o remanejamento dos recursos foi necessário para atender, principalmente, a famílias que se encontram desabrigadas por enchentes nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (R\$ 16,5 milhões). Mas também foram previstos recursos



Jonas Pinheiro disse que remanejamento foi necessário para atender emergências

para emergências na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais (R\$ 78,5 milhões), em São Paulo (R\$ 10 milhões para o município de São Paulo e mais R\$ 10 milhões para o estado), e para a Justiça do Trabalho (R\$ 9,2 milhões), a serem usados na recuperação imediata do fórum trabalhista do Rio, danificado por incêndio.

O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) sugeriu que o relator alterasse seu parecer indicando que todos os recursos seriam buscados na reserva de contingência, pois considerava "absurdo retirar dinheiro destinado às famílias de agricultores de baixa renda".

O deputado Jorge Bittar (PT-RJ), autor do pedido de verificação de quórum, que acabou remetendo a matéria para o Plenário da Câmara, sem que fosse votada na Comissão de Orçamento, mostrou-se indignado com o não cumprimento de um acordo firmado entre a prefeitura de São Paulo e o Ministério da Integração

Nacional em torno da MP.

A prefeitura de São Paulo queria R\$ 40 milhões para obras emergenciais, mas conseguiu somente um acerto para a liberação de R\$ 20 milhões. Na MP, contudo, foram destinados apenas R\$ 10 milhões para a prefeitura de São Paulo, e os restantes R\$ 10 milhões para o estado. Bittar disse que preferia levar a discussão para o Plenário em vez de aprovar a MP naqueles termos, acolhidos pelo relator.

A Comissão de Orçamento decidiu, ainda, aprovar a execução das obras da barragem Algodões II, no município de Curimatá, Piauí. A partir de agora, contudo, terá de ser cumprida decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) no sentido de que quaisquer alterações contratuais devem tomar como base os preços informados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), para que não se repitam irregularidades já identificadas pelo tribunal.

Ministro do Planejamento explica hoje cortes orçamentários

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Gomes Dias, participa hoje de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, para explicar aos parlamentares os últimos cortes definidos pelo governo no Orçamento da União de 2002, de R\$ 11,6 bilhões. A reunião da comissão terá início às 10h.

Os parlamentares querem também discutir com o ministro os parâmetros utilizados pelo governo na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003, segundo enfatizou o presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Para aprofundar a discussão sobre esses mesmos temas, a comissão já marcou audiência pública com dirigentes da Secretaria do Tesouro Nacional, na próxima terça-feira, às 10h.

A fim de melhor detalhar os temas que serão abordados, os consultores técnicos da comissão, José Rui Gonçalves Rosa, do Senado, e Eugênio Greggianin, da Câmara, fizeram ontem, ampla exposição sobre os dois decretos



Os membros da Comissão de Orçamento vão debater também parâmetros da LDO com o ministro Guilherme Dias

presidenciais definindo os contingenciamentos orçamentários para 2002 e os parâmetros da LDO.

Na exposição, os técnicos procuraram chamar a atenção para a questão dos riscos fiscais, que alteram de forma substancial as previsões de receitas do governo. Na LDO de 2003 estão alinhados entre os riscos fiscais apontados pelo governo, em primeiro lugar, o crescimento da economia. Assim, está previsto um crescimento real de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2003. Um erro de 0,5 ponto percentual nesta previsão, para cima ou para baixo, provocará um conseqüente

impacto na arrecadação fiscal de R\$ 1,6 bilhão no ano (para cima ou para baixo).

Compreende também um risco fiscal o aumento do salário mínimo. O incremento de um real no salário mínimo provoca um impacto líquido de R\$ 183 milhões nas despesas da Previdência Social. Isso significa que, para cada R\$ 10 de elevação no salário mínimo, a despesa pública seria elevada em R\$ 1,83 bilhão. Já a elevação de 1% nos salários de todos os servidores públicos federais provoca uma despesa extra anual de R\$ 730 milhões.

A variação cambial provoca,

além do impacto em alguns tributos, também um efeito direto sobre a dívida pública contraída em dólares, de modo que 1% de variação do real eleva a dívida atual em R\$ 3,34 bilhões/ano, elevando a relação dívida/PIB em 0,23 ponto percentual.

Praticamente, esse também é o impacto gerado pelo aumento das taxas de juros. Se a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) for elevada de 1% ao ano, o impacto sobre a dívida pública será de R\$ 3,48 bilhões, aumentando em 0,24 ponto percentual a razão dívida líquida/PIB.

Rodeios devem garantir atendimento médico a peão

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais disciplina a realização de atividades de montaria. Decisão final será do Plenário

Rodeios de animais, atividades de montaria ou de cronometragem e provas de laço deverão dispor de infra-estrutura médica para atendimento ao peão, além de médico veterinário, responsável pela garantia da boa condição física e sanitária dos animais e que deverá verificar os atestados de vacinação contra febre aftosa e de controle de anemia infecciosa equina. É o que estabelece projeto da Câmara dos Deputados aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que agora segue para o Plenário.

A relatora do projeto, senadora Marina Silva (PT-AC), foi favorável à aprovação da proposta, mas apresentou emenda ao texto original proibindo o uso de esporas, sedém (acessório semelhante a uma barrigüeira) ou qualquer outro tipo de mecanismo que provoque ferimentos nos animais, incluindo aparelhos que causem choques elétricos.

Voto em separado contrário à



A maioria dos senadores da CAS acatou o texto que proíbe a utilização, pelos profissionais de rodeio, de esporas com rosetas pontiagudas

modificação proposta pela relatora foi apresentado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Segundo ele, a proibição do uso de esporas e de sedém inviabilizaria a prática do rodeio no país. O senador mostrou estudos segundo os quais o emprego dos instrumentos não prejudicaria a saúde dos animais.

Os senadores da comissão, em sua maioria, apoiaram os argumentos de Moreira Mendes e aprovaram o projeto original, estabelecendo que cintas, cilhas e barrigüeiras deverão ser confeccionadas com lã natural e proibindo o uso de esporas com rosetas pontiagudas que causem desconforto ao animal.

Comissão acolhe indicações para Anvisa

Por 13 votos a favor e duas abstenções, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a recondução de Ricardo Oliva, por três anos, ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Foi acolhida também a indicação de Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para a Diretoria de Medicamentos da agência. As mensagens com as indicações seguem agora para o Plenário.

Na semana passada, o senador Tião Viana (PT-AC) havia pedido vista das mensagens do presidente da República. Segundo disse, o pedido não significou o questionamento das qualidades morais e profissionais dos médicos, e explicou que a solicitação deveu-se ao entendimento de que a CAS não poderia examinar as indicações sem antes ouvir o atual diretor de Medicamentos da Anvisa, Luiz Felipe Moreira Lima.



Viana quis ouvir, antes de votar as indicações, o atual diretor de Medicamentos da agência

Tião Viana lembrou que, em dezembro do ano passado, o diretor da agência fez "graves denúncias" contra a Anvisa, chegando a classificá-la, em depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado, de "balcão de negócios". Luiz Felipe teria dito também que a agência não vinha tendo bom desempenho na área de fiscalização de medicamentos.

O presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), concor-

dou na ocasião com as ponderações de Tião Viana e marcou para terça-feira passada a audiência pública, à qual compareceram Luiz Felipe Moreira Lima e o diretor-presidente da agência, Gonzalo Vecina Neto. Após a audiência, Tuma marcou para hoje a votação das duas indicações.

CONTROLE

Tião Viana salientou que saiu da audiência pública convicto de que o mercado brasileiro não tem controle de qualidade sobre os medicamentos comercializados nas farmácias e drogarias. Ele informou que, dos 23 mil remédios colocados à venda, somente 1.300 fórmulas medicamentosas foram estudadas de modo completo, "o que demonstra o descontrole e a vulnerabilidade com que o governo trata a qualidade de vida do povo brasileiro no que diz respeito à vigilância sanitária".

Maldaner defende dedução para fortalecer seguro rural

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem projeto destinado a fortalecer o seguro rural no país. Pela proposta, as pessoas e empresas poderão deduzir, na declaração de imposto de renda, as contribuições feitas ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, criado para ajudar a bancar os prejuízos das seguradoras nos anos de safras ruins.

Existem no Brasil dois tipos de seguro rural: o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), administrado pelo governo federal, e o seguro agrícola propriamente dito, a cargo de empresas seguradoras comerciais. Teoricamente, os dois se complementam para bem assistir o produtor rural. "Mas, na prática, não é isso o que acontece", observou o senador.

O Proagro, disse, é bastante restritivo e afetado pela política fiscal do governo, pois nem sempre há dinheiro para as coberturas de frustração de safras. Já o seguro agrícola comercial "é ainda mais restrito", já que apenas a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp) vem



Maldaner: contribuições ao Fundo do Seguro Rural devem ser beneficiadas com dedução no IR

atuando de forma ininterrupta no setor. As empresas não se interessam por esse seguro devido ao seu alto risco – quando há secas ou excesso de chuvas, grandes regiões são prejudicadas ao mesmo tempo.

Por isso, o governo criou o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural em 1966, que deve ser formado por dotações orçamentárias e pelo excesso de lucro das seguradoras na área rural. Como elas praticamente não fazem seguro rural, não contribuem para o fundo. O projeto de Maldaner fortalece o fundo com a possibilidade da dedução, para efeito de imposto de renda, das contribuições.

Vale do São Francisco pode ter universidade federal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador José Jorge (PFL-PE) favorável a projeto de lei do Executivo que institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Já aprovada



Parecer de José Jorge é favorável à criação da universidade

pela Câmara, a proposta segue agora para o Plenário do Senado.

De acordo com o projeto, a universidade, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede em Petrolina (PE) e unidades também em Juazeiro (BA). Sua atuação deve ser em toda a região do semi-árido nordestino.

Para que a instituição possa iniciar o funcionamento, a proposta autoriza o governo federal a transferir para a nova universidade bens de que disponha em Petrolina, pessoal, móveis e outros acervos de outras escolas fede-

rais de ensino superior em Pernambuco. O Executivo também pode remanejar e transferir para a instituição recursos orçamentários antes destinados a outras universidades do estado. A implantação definitiva da Universidade do Vale do São Francisco deve ser feita, de acordo com o texto aprovado, em no máximo cinco anos.

– A região do Médio Vale do Rio São Francisco experimentou notável desenvolvimento econômico e social nas últimas décadas, especialmente no setor agrícola. A continuidade de tão virtuoso ciclo de transformações demanda a criação de uma universidade federal na região, para suprir a carência de oferta de educação superior – segundo mensagem do Executivo.